

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO 1

### **COMO CONCEDER, CALCULAR E REAJUSTAR APOSENTADORIAS ESPECIAIS DE POLICIAIS CIVIS: UM ESTUDO À LUZ DAS REFORMAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS JURISPRUDÊNCIAS DO STF E DO TJ/SP ..... 17**

*Lucas Leite Alves*

Introdução..... 17

1. O que quis o constituinte com as Emendas 41/2003 e 47/2005? ..... 19

1.1 Da regra da integralidade para a regra da média das remunerações: os  
§§3º e 17 do artigo 40 da CF ..... 19

1.2 Da regra da paridade para a regra da preservação do valor real do  
benefício: a nova redação do artigo 40, §8º, da CF ..... 22

1.3 A irrelevância da Emenda 47/2005 em relação às regras de cálculo e  
reajuste: a manutenção do consenso ..... 24

2. Concessão de aposentadoria especial a policiais civis, cálculo do valor  
inicial dos proventos e forma de reajuste: como o Supremo Tribunal Federal  
aplica as Emendas 41/2003 e 47/2005 e quais suas principais decisões em  
relação à aposentadoria especial dos policiais civis? ..... 25

2.1 A aquisição do direito à aposentadoria e a incidência de regras de  
cálculo e de reajuste de proventos: qual a diretriz consolidada pelo  
Enunciado 359 da Súmula da Jurisprudência do STF? ..... 26

2.2 A aposentadoria especial dos policiais civis na jurisprudência do STF:  
que norma deve ser aplicada e quais os requisitos de concessão do  
benefício? ..... 28

2.3 O direito à integralidade no cálculo dos proventos e à paridade  
remuneratória: a observância das regras de transição como requisitos  
essenciais ..... 31

3. Como as câmaras de direito público do Tribunal de Justiça do Estado de São  
Paulo determinam que sejam feitos o cálculo e o reajuste de aposentadorias  
especiais de policiais civis concedidas após a Emenda 41/2003 ..... 35

3.1 Os fundamentos adotados pelas câmaras de direito público para  
reconhecer os direitos à integralidade no cálculo dos proventos e à  
paridade remuneratória nos benefícios de aposentadoria especial dos  
policiais civis ..... 36

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                                            |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 3.2 Os fundamentos adotados pelas câmaras de direito público para negar os direitos à integralidade no cálculo dos proventos e à paridade remuneratória nos benefícios de aposentadoria especial dos policiais civis ..... | 40 |
| 4. Considerações finais.....                                                                                                                                                                                               | 41 |
| Referências .....                                                                                                                                                                                                          | 42 |

## CAPÍTULO 2

### **AÇÃO CAUTELAR FISCAL.....49**

*Paulo David Cordoli*

|                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Conceito .....                                                                                 | 49 |
| 2. Da necessidade da constituição do crédito tributário .....                                     | 50 |
| 3. Legitimidade ativa e passiva – grupo econômico .....                                           | 53 |
| 4. Hipóteses de cabimento para ajuizamento da cautelar fiscal .....                               | 58 |
| 5. Aspectos da ação cautelar fiscal .....                                                         | 60 |
| 6. Causa de suspensão de exigibilidade do crédito tributário – impede ação cautelar fiscal? ..... | 63 |
| 7. Conclusões .....                                                                               | 65 |
| Referências .....                                                                                 | 66 |

## CAPÍTULO 3

### **A INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL .....67**

*Danilo Gaiotto*

|                                                                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Introdução .....                                                                                                                               | 67 |
| 2. Da intimação: conceito e modalidades de intimação.....                                                                                         | 68 |
| 2.1 Conceito.....                                                                                                                                 | 68 |
| 2.2 Das modalidades de intimação .....                                                                                                            | 69 |
| 3. A intimação pessoal da Fazenda Pública: delimitação legal, formas de aperfeiçoamento e atributo de prerrogativa da Fazenda Pública.....        | 70 |
| 4. O Comunicado Conjunto n.º 379/2016 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a prerrogativa de intimação pessoal da Fazenda Pública..... | 74 |
| 5. Conclusão .....                                                                                                                                | 77 |
| 6. Referências .....                                                                                                                              | 78 |

**CAPÍTULO 4**

**A JUDICIALIZAÇÃO DA REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....81**

*João Guilherme Simões Herrera*

1. Introdução .....81
2. A revisão da remuneração do servidor público na Constituição Federal.....82
3. Os limites da atuação do poder judiciário no tocante à revisão geral anual.....84
4. Conclusão .....88
5. Referências .....89

**CAPÍTULO 5**

**DA POSSIBILIDADE DE RESSARCIMENTO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS DO PODER PÚBLICO EM RAZÃO DE DECISÃO JUDICIAL PRECÁRIA REVOGADA – POSICIONAMENTO STJ – RESP 1.401.560/MT – TEMA 692 ..... 91**

*Sara Dinardi Machado*

1. Introdução ..... 91
2. Tutela provisória..... 92
  - 2.1. Tutela de urgência satisfativa: requisitos ..... 94
3. Posicionamento dos Tribunais Superiores acerca do tema ..... 97
  - 3.1 Posição do Supremo Tribunal Federal: Tema 799 ..... 97
  - 3.2 Posição do Superior Tribunal de Justiça: Tema 692..... 98
    - 3.2.1 Recurso Especial nº 1.401.560/MT: matéria previdenciária ..... 98
    - 3.2.2 Afetação do Tema 692 ..... 100
4. Conclusão: repercussão do tema 692 do STJ na atuação da Fazenda Pública em juízo ..... 103
5. Referências ..... 104

**CAPÍTULO 6**

**DA INCIDÊNCIA DAS VANTAGENS PESSOAIS AO TETO REMUNERATÓRIO – EC 41/2003 ..... 105**

*Karla V. L. Tozim Spinardi*

- I. Breve histórico sobre o art. 37, Inciso XI, da CF, - teto remuneratório..... 105
- II. Da irredutibilidade dos vencimentos e subsídios ..... 110

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| III. Da modulação dos efeitos da decisão proferida no RE 606358/SP e da aplicação do julgado pelo Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ..... | 112 |
| IV. Outros precedentes correlatos ao tema .....                                                                                                                                   | 115 |
| V. Considerações finais.....                                                                                                                                                      | 116 |
| VI. Referências .....                                                                                                                                                             | 117 |

## CAPÍTULO 7

### **COMPLEMENTAÇÕES DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO – LEIS ESTADUAIS Nº 1386/51, 4819/58, 200/74 E DEMAIS NORMAS CORRELATAS QUE REGULAM O BENEFÍCIO .....**

**119**

*Kelly Paulino Venâncio*

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| I – Regime jurídico constitucional e legal dos servidores titulares de cargo público e dos demais empregados da administração pública direta, indireta e das empresas estatais no momento da instituição do benefício da complementação de aposentadoria e pensão no Estado de São Paulo ..... | 119 |
| II – Leis Estaduais 1386/51 e 4819/58, leis correlatas e a Lei 200/74 – a instituição, alcance e revogação do benefício da complementação de aposentadoria e pensão .....                                                                                                                      | 125 |
| III - Limites legais da responsabilidade do Estado de São Paulo em relação aos benefícios da complementação de aposentadoria e pensão .....                                                                                                                                                    | 130 |
| IV - Verbas e benefícios que extrapolam os termos das Leis 1386/51 e 4819/58 – benefícios que não são complementação de aposentadoria ou pensão e que não são de responsabilidade do Estado de São Paulo.....                                                                                  | 139 |
| IV. 1. Verbas e vantagens incorporáveis ao valor base para cálculo das complementações de aposentadoria e pensão – ausência de direito à incorporação de vantagens não salariais recebidas em atividade.....                                                                                   | 143 |
| IV. 2. Paradigma e outras questões atinentes aos valores e reajustes das complementações .....                                                                                                                                                                                                 | 155 |
| IV. 3. Outras questões relativas a reajustes das complementações do pessoal da extinta FEPASA.....                                                                                                                                                                                             | 161 |
| V. Não submissão ao regime jurídico aplicável aos servidores públicos: ações ajuizadas pelos complementados da extinta FEPASA visando a integração dos adicionais quinquenais e sexta-parte, previstos no artigo 129 da Constituição Estadual, às complementações.....                         | 171 |
| VI. Conclusões.....                                                                                                                                                                                                                                                                            | 176 |

## CAPÍTULO 8

|                                                                                                                                                                                                    |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -<br/>CARACTERÍSTICAS E CASUÍSTICA JURISPRUDENCIAL: UM OLHAR<br/>CRÍTICO PARA O CONTROLE E A REVISÃO JUDICIAL DA DECISÃO<br/>ADMINISTRATIVA .....</b> | <b>179</b> |
| <i>Igor Fortes Catta Preta</i>                                                                                                                                                                     |            |

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução .....                                                                                                     | 179 |
| 2. Um novo olhar para o controle interno.....                                                                           | 182 |
| 3. Anulação do ato administrativo e os princípios da confiança e da segurança<br>jurídica - prazo para a anulação ..... | 184 |
| 4. A atual polêmica sobre o controle da Administração Pública pelo poder<br>judiciário .....                            | 186 |
| 5. Conclusão .....                                                                                                      | 188 |
| 6. Referências .....                                                                                                    | 188 |

## CAPÍTULO 9

|                                                                                                                                                                                                                                        |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE Nº 33 PARA CONVERSÃO<br/>EM COMUM DO TEMPO PRESTADO EM ATIVIDADES ESPECIAIS QUE<br/>PREJUDIQUEM A SAÚDE OU A INTEGRIDADE FÍSICA DO SERVIDOR<br/>PÚBLICO - REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 942) .....</b> | <b>191</b> |
| <i>Juliana Guedes Matos</i>                                                                                                                                                                                                            |            |

|                                                                                                                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução .....                                                                                                                                                                                                                               | 191 |
| 2. Aposentadoria especial.....                                                                                                                                                                                                                    | 192 |
| 3. Concretização do direito constitucional à aposentadoria especial.....                                                                                                                                                                          | 194 |
| 3.1. Evolução das teorias sobre os efeitos da decisão em mandado de<br>injunção no Supremo Tribunal Federal e opção adotada pela Lei<br>Federal nº 13.330/16.....                                                                                 | 194 |
| 3.2. Mandado de Injunção nº 721-DF .....                                                                                                                                                                                                          | 197 |
| 4. Súmula vinculante nº 33 e a sua não aplicação à conversão do tempo de<br>serviço prestado em atividade insalubre em tempo de serviço comum para<br>exercício do direito previsto no artigo 40, §4º, inciso III da Constituição<br>Federal..... | 200 |
| 5. Considerações finais .....                                                                                                                                                                                                                     | 207 |
| 6. Referências.....                                                                                                                                                                                                                               | 208 |

**CAPÍTULO 10****LIMITES DO PODER REGULAMENTAR. UMA ANÁLISE A PARTIR DA LEI  
ESTADUAL N.º 14.592/11 E DECRETO ESTADUAL N.º 57.524/11..... 209***Tatiana de Faria Bernardi*

1. Introdução ..... 209
2. Limites dos decretos regulamentares – parâmetros ..... 211
3. Da Lei Estadual 14.592/11 e Decreto Estadual n.º 57.524/11 ..... 213
3. Conclusão ..... 220
4. Referências ..... 221

**CAPÍTULO 11****NOTAS SOBRE A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA DO ICMS  
NO ESTADO DE SÃO PAULO..... 223***Cassiano Luiz Souza Moreira*

1. Introdução ..... 223
2. Constitucionalidade do ICMS-ST ..... 224
3. A base de cálculo do ICMS-ST ..... 228
4. Direito à restituição. Base de cálculo real inferior à presumida ..... 231
5. O convênio ICMS nº 52 do CONFAZ ..... 234
6. Conclusões ..... 236
7. Referências ..... 237

**CAPÍTULO 12****O REGIME JURÍDICO DE PENSÕES PREVIDENCIÁRIAS NO ÂMBITO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO ..... 239***Bruna Tapié Gabrielli*

1. Aspectos Gerais ..... 239
2. Pensões a Beneficiários de Servidores Civis ..... 241
  - 2.1. Contribuintes do regime previdenciário civil ..... 241
  - 2.2. Rol de beneficiários ..... 242
  - 2.3. Características do benefício ..... 245
  - 2.4. Valor do benefício ..... 247
3. Pensões a Beneficiários de Militares ..... 247

## SUMÁRIO

|                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1. Contribuintes do regime previdenciário militar.....                        | 248 |
| 3.2. Rol de beneficiários.....                                                  | 248 |
| 3.3. Características do benefício.....                                          | 251 |
| 3.4. Valor do benefício .....                                                   | 252 |
| 4. O Processo Administrativo de Extinção do Benefício de Pensão por Morte ..... | 253 |
| 5. Conclusão .....                                                              | 254 |
| 6. Referências .....                                                            | 254 |

### CAPÍTULO 13

#### **BREVES APONTAMENTOS SOBRE O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS..... 257**

*Marcelo Gatto Spinardi*

|                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------|-----|
| I. Contextualização do instituto.....                           | 257 |
| II. Do cabimento .....                                          | 259 |
| III. Dos legitimados e da competência.....                      | 262 |
| IV. Considerações acerca do art. 978, parágrafo único .....     | 263 |
| V. Da instauração, processamento e julgamento do incidente..... | 267 |
| VI. Considerações finais.....                                   | 271 |
| VII. Referências .....                                          | 271 |

### CAPÍTULO 14

#### **PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO ..... 273**

*Carolina Ferraz Passos*

|                                                            |     |
|------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução .....                                        | 273 |
| 2. Ação judicial de iniciativa das Fazendas Públicas ..... | 274 |
| 2.1. Execução fiscal .....                                 | 274 |
| 2.1.a. Embargos à execução .....                           | 276 |
| 2.1.b. Exceção de pré-executividade .....                  | 278 |
| 2.1.c. Considerações complementares .....                  | 279 |
| 2.2. Medida cautelar fiscal .....                          | 279 |
| 2. Ação judicial de iniciativa dos contribuintes .....     | 280 |
| 3.1. Ação Declaratória .....                               | 281 |

## SUMÁRIO

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| 3.2. Ação Anulatória .....            | 281 |
| 3.3. Tutela Cautelar Antecedente..... | 282 |
| 3.4. Consignação em Pagamento .....   | 283 |
| 3.5. Repetição de Indébito .....      | 283 |
| 3.6. Mandado de Segurança .....       | 285 |
| 3.7. Cumulação de pedidos.....        | 287 |
| 4. Conclusão.....                     | 287 |
| 5. Referências .....                  | 288 |

### CAPÍTULO 15

#### **REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL NA PERSECUÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....**

**289**

*Thiago Oliveira de Matos*

|                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Introdução.....                                                                                                              | 289 |
| 1. O escopo da recuperação de empresas .....                                                                                 | 289 |
| 2. Os interesses concorrentes e o credor público na recuperação judicial.....                                                | 291 |
| 2.1. Da suspensão da prescrição e das ações e execuções em face do devedor, ressalvadas as execuções de natureza fiscal..... | 292 |
| 2.2. Algumas decisões do Tribunal de Justiça paulista na aplicação do artigo 6º, parágrafo 7º, da LRF .....                  | 302 |
| 2.3. Da livre negociação dos créditos privados em detrimento do crédito público .....                                        | 305 |
| 2.4. Da utilização abusiva da recuperação judicial como meio de blindagem patrimonial .....                                  | 307 |
| 3. Conclusões.....                                                                                                           | 310 |
| 4. Referências .....                                                                                                         | 311 |

### CAPÍTULO 16

#### **O REGIME ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE ADEQUAÇÃO DO COMPORTAMENTO DO DEVEDOR CONTUMAZ. NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DO DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS.....**

**313**

*Alessandro Rodrigues Junqueira*

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução .....                                                                | 313 |
| 2. Premissa fundamental: distinção entre devedor eventual e devedor contumaz ..... | 314 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                             |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3. Inaplicabilidade das súmulas 70, 323 e 547 do STF aos Regimes Especiais de Fiscalização vocacionados a alterar o comportamento do devedor contumaz ..... | 315 |
| 4. Consideração adicional ao debate: o dever fundamental de pagar tributos como vetor interpretativo.....                                                   | 324 |
| 5. Conclusão .....                                                                                                                                          | 329 |
| 6. Referências .....                                                                                                                                        | 331 |

## CAPÍTULO 17

### **SISTEMAS DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS QUE ENVOLVAM O PODER PÚBLICO E A JURISPRUDÊNCIA .....**

**333**

*Luciano Alves Rossato*

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 Considerações iniciais .....                                                 | 333 |
| 2 Sistema de jurisdição administrativa.....                                    | 333 |
| 2.1 Observações gerais sobre o sistema .....                                   | 333 |
| 2.2 A jurisdição administrativa portuguesa e a jurisprudência .....            | 337 |
| 2.3 Sistema de jurisdição una, sistema inglês ou pleito cível lato sensu ..... | 341 |
| 2.4 Jurisprudência no sistema de civil law .....                               | 343 |
| Referências bibliográficas.....                                                | 344 |